

2

Os desafios do mundo do trabalho e os sindicatos como instância de representação dos trabalhadores

A investigação sobre as possíveis articulações entre o movimento sindical de ferroviários com outros movimentos sociais exigiu, inicialmente, uma reflexão sobre as transformações no mundo do trabalho e suas conseqüências para os trabalhadores e para os sindicatos, entendidos estes como instância de representação dos primeiros.

Nesse sentido, para que se compreenda os limites e possibilidades da ação sindical, em um contexto de transformação no mundo do trabalho e de uma nova configuração histórica da questão social, oriunda das mudanças na esfera do trabalho e das relações estabelecidas entre Estado, mercado e sociedade, ocasionando, inicialmente, a restrição do espaço público e das ações coletivas, faz-se necessário analisar de que forma essas alterações em curso representam um desafio para os trabalhadores envolvidos, bem como identificar os caminhos possíveis de atuação do sindicato.

Elementos como desemprego estrutural e diversidade de situações de trabalho têm modificado as bases da solidariedade sindical, trazendo graves conseqüências para a organização da classe trabalhadora. A presente investigação assenta-se no exame da relação existente entre o sindicalismo e o processo de consolidação de uma sociedade democrática. Por essa razão, centra-se na análise da “possibilidade dos sindicatos se associarem a outros movimentos sociais¹ com o objetivo de ampliar sua base de atuação política

¹ A noção de movimentos sociais está aqui sendo utilizada de uma forma ampla, pois sua problematização não está nos objetivos deste trabalho. Contudo, faço aqui uma breve referência ao que se observa, na literatura especializada, sobre o assunto. Os primeiros estudos sobre o tema surgiram no final da década de 1960, com a eclosão de um ciclo de protestos em várias partes do mundo. Nas ciências sociais, o debate sobre o fenômeno somente se instalou na década de 1970, quando foram abordados os movimentos sociais como forma de ação coletiva, e surgiu, então, a primeira ramificação no interior desse estudo, com enfoques diferenciados. O primeiro deles veio da escola norte-americana, cujo foco de pesquisa é a organização dos movimentos sociais (formas de “recrutamento”, quem são as pessoas que participam, como decidem e como organizam as formas de protestos). Nesta abordagem não está em jogo a contestação da ordem social, ou do capitalismo por parte desses movimentos. Já a escola européia – que influenciou os cientistas sociais brasileiros – adota um tipo de investigação sobre o aspecto externo dos movimentos sociais, especialmente sua identidade social, analisando como eles se relacionam com as demais instâncias da sociedade, quais são suas formas de protestos, como se organizam e qual seu impacto nas demais forças sociais. Essas teorias quase sempre entenderam os movimentos sociais como movimentos anticapitalistas, ou seja, movimentos motivados pelo estabelecimento de uma outra forma societária, ainda que não necessariamente o socialismo, uma vez que várias dessas teorias nem sempre foram teorias obrigatoriamente inspiradas pelo marxismo. Nas ciências sociais há muito dissenso teórico, escolas e definições de movimentos sociais. Todavia, no caso brasileiro, nossa memória recente recorda os movimentos sociais que reativaram a mobilização popular, sufocada pelo período de ditadura militar, como o “novo s

em defesa de direitos do trabalho e da cidadania” (cf. Ramalho e Santana, 2003), tendo como foco a sociedade brasileira atual, numa conjuntura histórica em que convivem velhos e novos padrões de gestão e de trabalho, e cujas implicações têm, também, se refletido sobre a perda de identidades coletivas em função de um processo de fragmentação, individualização e “descartabilidade” de trabalhadores e de suas qualificações.

Esse quadro afeta, gravemente, as condições subjetivas dos trabalhadores e se reflete na fragilização dos laços sociais, rompendo com formas elementares de solidariedade social e de ação coletiva. Diante de tal contexto, pode se falar na construção de uma nova sociabilidade. Contudo, tudo parece indicar que, não obstante as dificuldades enfrentadas, os trabalhadores e suas organizações - no caso desta análise, os sindicatos - continuam atuantes, trazendo para o centro de suas lutas e do debate novas pautas e formas de atuação. Ao longo dos anos 1990, pesquisadores e sindicalistas foram tomados pela idéia de “crise do trabalho” e, correlatamente, de “declínio do sindicalismo”. Passada essa década, percebe-se, já com o distanciamento necessário, que esse processo de transformação se deu de forma distinta da que, originalmente, foi pensada, e que os sindicatos vêm buscando, embora com muitas dificuldades, dar conta da realidade que lhes foi imposta.

Ao realizar uma revisão da literatura especializada mais recente, observa-se que muito se tem discutido, como coisa certa, a respeito das debilidades ou da decadência do sindicalismo no mundo contemporâneo. Contudo, alguns autores, na contracorrente dos que defendem essa postura, vêm demonstrando que o ritmo e a intensidade, não da decadência, mas do “refluxo sindical”², variam de acordo com o setor econômico e o país em análise. Nessa linha de pensamento, torna-se clara a necessidade de superar

sindicalismo”, gestado no final da década de 1970, em S. Bernardo do Campo (SP), e um sem-número de movimentos populares. O Brasil é um dos países que apresentam grande número de movimentos sociais. Podem ser encontrados, em todo o país, movimentos de luta pela terra e reforma agrária, pela habitação, movimentos dos negros, dos índios, das mulheres, movimentos ecológicos e cooperativos, de meninos e meninas de rua, movimentos de saúde, de deficientes, movimentos comunitários de bairros, de produção e consumo, e tantos outros. Grandes conquistas sociais e políticas foram resultantes dessa multifacetada mobilização popular, como, por exemplo, a anistia dos exilados políticos em 1979, a reforma dos partidos políticos, a institucionalização das organizações sindicais e populares, a reforma constitucional de 1988 e a eleição direta a presidente da república, por exemplo.

² Embora o termo também seja usado, não raro, para uma tese, atualmente, muito difundida, a chamada “cooptação ou silêncio dos intelectuais de esquerda e dos movimentos sociais” (O silêncio dos inocentes, Folha de São Paulo, 19/06/2005), neste trabalho o termo refluxo foi empregado cf. Boito Jr. (2003a). O autor defende o termo por entender que o correto é caracterizar o recuo atual como uma fase de crise temporária. A esse respeito, diz que já estamos vivendo a crise da crise do sindicalismo, já que este está dando claros sinais de recuperação. Lojkin (1999), também, aponta para essa direção.

a discussão da crise *strictu senso* e avançar no entendimento de uma possível recuperação do sindicalismo.

Tal tarefa requer, além de uma análise rigorosa da tão propalada crise, uma postura não restritiva quanto ao estudo das transformações econômicas mais recentes, isto é, da década de 1990 até os dias atuais. Nesta fase, cabe adotar uma postura de recusa tanto do caminho economicista, que exclui as lutas de classe e as esferas da política e da ideologia, como do caminho politicista, que rejeita a esfera da economia política e o mundo da materialidade. Penso que esses caminhos, verdadeiros atalhos intelectuais, não permitem a compreensão do complexo de fenômenos que compõem tanto a crise quanto a possibilidade de recuperação do movimento sindical de trabalhadores.

Tendo em conta esta perspectiva, o presente estudo do movimento sindical recente de trabalhadores urbanos brasileiros, busca articular este conjunto de problemas, tanto econômicos quanto políticos, numa abordagem que analisa, também, a transferência do *locus* dos conflitos laborais para o espaço público, ou seja, o campo de debates da sociedade civil³. Nesse sentido é que vislumbro a possibilidade de articulação dos sindicatos com outros movimentos sociais, ampliando sua base de atuação política, na “perspectiva de articular questões sociais mais amplas com a luta específica das categorias que representam” (Ramalho e Santana, 1999: 12).

Dessa forma, este estudo pauta-se no diálogo (ou na tentativa de diálogo) entre trabalho e movimentos sociais no Brasil e, para tanto, é necessário analisar a relação que existe entre ambos, e isso pressupõe a explicitação do que se entende por trabalho, isto é, da referência intelectual que se tem nessa discussão. Neste sentido, é pertinente um conceito de trabalho que resgata o sujeito na história, o sujeito que as discussões ditas

³ O termo “público” refere-se ao que é considerado como bem comum, como patrimônio coletivo, ou seja, aquilo que “não pode ser alvo de apreciação egoísta ou particular. Notemos que isso não quer dizer estatal” (Ribeiro, 1994). Assim, refiro-me ao espaço não-estatal, mas de dimensão pública, distinta da regulação produzida pela lógica estrita do Estado ou do mercado, onde tenham lugar a convivência e o debate no tratamento de interesses coletivos como tais, para além da esfera privada, como quer a lógica neoliberal. Nesse sentido, a constituição de espaços públicos – que representa o saldo positivo das décadas de luta pela democratização, torna-se um novo centro de reconstrução da política, em seu sentido amplo. Quanto à utilização do conceito sociedade civil, que tem sido empregado com significados bastante diversos, convém um esclarecimento. Nesse texto, e com base no pensamento de Gramsci, ela é considerada como importante arena de luta de classes. É nela que as classes lutam para conquistar hegemonia, ou seja, direção política. Por essa razão, é a esfera que resulta da socialização da política e faz parte do Estado, em seu sentido amplo. Bom lembrar que, para Gramsci, o Estado ampliado é a soma da sociedade civil e da sociedade política. Esta leitura gramsciana coloca, então, como essência de qualquer projeto de emancipação política das classes populares a idéia do fortalecimento da sociedade civil e sua compreensão como terreno privilegiado da luta político-cultural.

“neoliberais” e “pós-modernas” extinguiram. Não há discussão do trabalho sem discussão do sujeito, porque não há trabalho sem sujeito. Seja o sujeito hegemônico, que é o capital, o capitalismo, o capitalista, seja o sujeito realizador efetivo do trabalho, que é o trabalhador.

Assim, discutir trabalho, na perspectiva do movimento social, é resgatar um conjunto de elementos que se tinha deixado para trás, como, por exemplo, recuperar o trabalho como categoria chave da compreensão da história, e reestabelecer o primado do sujeito na teoria social, bem como resgatar o papel e o projeto da classe trabalhadora como sujeito da história. Essa compreensão é fundamental para que se possa repensar o “mundo do trabalho”, que não é mais somente o mundo da fábrica. Nessa esteira, pode-se indagar: quem é o trabalhador hoje, o que é a classe trabalhadora hoje?

2.1

A centralidade da categoria trabalho

O principal argumento norteador dessa proposta reporta-se à centralidade do trabalho, rechaçando a tese contemporânea da perda da mesma, contida em estudos como os do filósofo francês André Gorz (1982, 1998, 2003 e 2005) e do sociólogo alemão Claus Offe (1989a, 1989b e 1989c), apenas para citar dois exemplos⁴.

Gorz (1998) associa a tendência à redução do emprego à insatisfação dos trabalhadores com o seu trabalho, enquanto assalariados. Daí resultaria uma busca de alternativas (o mutualismo⁵, por exemplo), circunstância que reduziria o velho trabalho assalariado a uma mera subsistência fantasmagórica (“Le travail fantôme”). A tese parece interessante à primeira

⁴ Na tradição sociológica marxista, a sociedade e sua dinâmica constituem a “sociedade do trabalho”. Desse modo, o trabalho é considerado uma categoria central. No entanto, frente às transformações desencadeadas no mundo do trabalho, várias são as pesquisas que apontam para o fim do trabalho ou para a perda da centralidade do trabalho, hoje (é possível verificarmos isso em autores como Offe, Gorz e Habermas, por exemplo).

⁵ O mutualismo é uma teoria econômica que propõe que volumes iguais de trabalho devem receber pagamento igual. Seu autor foi Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865, França), que escreveu a “Filosofia da miséria” (1846), contra a qual Marx antepôs a “Miséria da filosofia: crítica da filosofia da miséria de Proudhon” (1847). O mutualismo foi bastante criticado por Marx e seus seguidores, mas, ainda assim, bastante popular no século XIX. Pregava uma associação de trabalhadores livres de posse de seus próprios recursos para a produção. Para tanto, apontava a necessidade de organização dos trabalhadores em cooperativa e a criação de um banco especial para eles. Opunha-se às tendências coletivistas e/ou comunistas de organização, era contra a socialização dos meios de produção, ou ainda sua concentração nas mãos de um Estado. Mesmo assim, era contrário à propriedade burguesa e defendia que esta instituição humana fosse comparável à escravidão e, portanto, condenável tal qual um crime. Vê na propriedade a origem do governo e das instituições humanas. Dessa forma, o mutualismo seria um valor de solidariedade que traduziria a ajuda entre as pessoas. Fonte: WILSON, Edmund. *Rumo à Estação Finlândia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

vista, mas falta-lhe realidade, já que os mutualistas, conforme seu exemplo, não poderiam viver fora da coação exercida pelo mercado mundial. Por outro lado, nesse ideário não está considerada a situação de trabalhadores informais já “descartados” do mercado. Assim, o movimento que ele propõe não se configura como uma fuga livre dos assalariados ao jugo do capital, mas, antes, um mergulho nas relações capitalistas, sempre capazes de criar novas formas de exploração.

Contudo, há que se atentar para os trabalhos mais recentes do autor⁶, cujas idéias principais demonstram que a flexibilização posta pelo capitalismo pós-fordista traz “o germe da superação do capitalismo” (2005), pois poderia permitir a rearticulação da relação entre valor, capital e saber, a partir do momento em que o valor for vinculado ao “saber imaterial” (2003). O saber imaterial só pode ser sintetizado por quem tem tempo livre e, para tanto, a luta deve ser direcionada não para o pleno emprego, mas para uma “renda de existência incondicional” paga diretamente pelo Estado, que seria uma espécie de salário não mais vinculado ao emprego. Nesta perspectiva, segundo Gorz, “proclamar a centralidade do emprego faz parte da estratégia de dominação do patronato” (op. cit.: 37). Assim, o fim do trabalho assalariado poderia vir a permitir a superação do próprio sistema capitalista.

Não obstante a novidade de tais idéias e a afirmação de princípios marxistas que ela carrega, não se pode deixar de avaliar qual seria a viabilidade de tal proposta, sobretudo nos países onde o “Estado de Bem-Estar Social” não se efetivou, e nem se pode esquecer as suas obras antecedentes. No presente texto, interessa, particularmente, a produção teórica realizada de Gorz a partir do final da década de 1970, mais especificamente a que vai da obra “Adeus ao proletariado” (publicado em 1980 na França) em diante⁷. Este livro reflete uma importante inflexão no pensamento de Gorz, razão pela qual é considerado um divisor de águas na sua produção teórica, onde o tema do trabalho tem sido uma constante. Gorz foi militante de esquerda e sempre refletiu tendo o socialismo como horizonte. Mas, por conta da sua concepção de trabalho e o lugar deste na sociedade, Gorz tem desafiado a esquerda tradicional a repensar o socialismo. O autor

⁶ Refiro-me aos livros “O imaterial” e “Misérias do presente, riqueza do possível”, recentemente lançados no Brasil, e cuja referência completa encontra-se na bibliografia deste trabalho.

⁷ Adieux au prolétariat (Galilée et Le Seuil, 1980); Les Chemins du Paradis (Galilée, 1983); Métamorphoses du travail (Galilée, 1988 et Folio Essais, 2004); Capitalisme Socialisme Écologie (Galilée, 1991); Misères du présent, richesse du possible (Galilée, 1997); L'immatériel (Galilée, 2003).

não acredita mais na possibilidade da classe operária se liberar no trabalho, e passa a ser um ardoroso defensor da libertação do trabalho.

Apesar da natural dificuldade de compreender a libertação da classe operária fora do trabalho, busquei, na reflexão de Gorz, contribuições para uma nova compreensão do trabalho. Em que reside a ousadia do seu pensamento? Diria que está fundada, basicamente, em três grandes razões.

A primeira razão diz respeito à leitura que Gorz faz da “crise” da sociedade salarial. Uma revolução tecnológica, a revolução informacional, está na base das transformações ocorridas, principalmente no último quartel do século XX. Ele chama a atenção para a diferença dessas tecnologias em relação àquelas que proporcionaram o surgimento da revolução industrial. A revolução informacional é, ao mesmo tempo, poupadora de trabalho, de tempo de produção, e maximizadora da produtividade. E isso faz toda a diferença, quando são apropriadas unilateralmente pelo capital. A sociedade do pleno emprego acabou e não voltará mais. Para Gorz, não se trata de lamentar as chances e oportunidades perdidas, mas aproveitar-se das chances ainda não realizadas.

Por trás da crise do emprego há algo mais. Essa forma particular de trabalho, o emprego, é uma invenção da modernidade, ou seja, o emprego é contemporâneo da indústria, do capitalismo industrial. Por trás da crise do emprego, Gorz enxerga a necessidade de se diferenciar, conceitualmente, as noções de emprego e de trabalho. Aí está a segunda razão. O que, para ele, está em crise é uma determinada forma de trabalho, o trabalho entendido como emprego, isto é, aquilo que foi submetido à racionalidade econômica. O trabalho guarda uma riqueza que não pode ser confundida com o emprego. Resgatar essa diferença torna-se crucial para uma melhor compreensão dessa realidade, ao mesmo tempo em que aponta para as conseqüências políticas e sociais oriundas desse rigor conceitual.

Gorz, como partidário do campo historicista, defende a limitação da racionalidade econômica. Para ele é preciso arrancar do domínio do capital o máximo de tempo das pessoas e não buscar que – na tentativa de solucionar o problema do desemprego – mais atividades não-remuneradas sejam incorporadas ao campo das atividades remuneradas, uma vez que a criação de novos empregos significaria, muito freqüentemente, trabalho mais precário, mal remunerado e mal protegido.

Terceira razão. A crise do emprego e a diferenciação conceitual estabelecida entre as noções de emprego e de trabalho abrem um vasto

leque de possibilidades para que se possa pensar uma sociedade não mais organizada principalmente sobre o trabalho. Uma sociedade de multiatividades pode ser fonte de uma densa rede de relações, de proximidades, de entre-ajudas (para o autor, é neste ponto que o mutualismo pode ser considerado como alternativa), capaz de desenvolver as potencialidades presentes em cada pessoa. Não há mais a preocupação em desenvolver somente aquelas potencialidades requeridas e úteis às empresas.

Gorz desenvolve algumas propostas que acredita tornar possível o êxodo da sociedade salarial ou do trabalho: a redução do tempo de trabalho e a renda de cidadania, universal e suficiente. Ambas devem ser tomadas em conjunto. Isoladamente, correm o risco de se transformarem em medidas pontuais e, portanto, fadadas ao fracasso.

O pensamento do autor é extremamente instigante e desafiador. Suas reflexões denotam uma firme convicção de que estamos num momento crucial da história e de que o trabalho pode contribuir, decisivamente, para uma nova organização das nossas sociedades, o que poderá nos ajudar a escolher entre mais mercado ou mais sociedade.

Contudo, não obstante as contribuições para se repensar o mundo do trabalho, acredito que defender a “desaparição do trabalho” e, conseqüentemente, das ações resultantes das forças sociais dele oriundas, é uma desconstrução equivocada, já que o trabalho permanece relevante, mesmo sofrendo alterações e transformações ou, como afirma Antunes (2005), que apresente uma nova morfologia, como elemento central para o entendimento do mundo contemporâneo.

Quanto a Claus Offe (1989a), seu principal argumento consiste em destacar a segmentação do trabalho na sociedade atual, a sua fragmentação em formas heterogêneas, cuja principal manifestação é a que distingue o trabalho produtor de bens materiais do trabalho sob a forma de serviços. O que se observa, contudo, é uma tendência contemporânea contrária ao que ele enfatiza, ou seja, há uma crescente interdependência entre as diversas formas de trabalho, em decorrência do movimento de internacionalização da produção. Nota-se uma tendência a uma semelhança crescente entre o trabalho industrial e os serviços. A fragmentação das lutas e manifestações desses segmentos é outro problema que se pode apontar. Assim, quando Offe estabelece uma relação direta entre a fragmentação dos trabalhos concretos e a fragmentação das ações das respectivas classes ou frações de

classe, demonstra um determinismo entre o lugar ocupado pelos trabalhadores na produção, este fragmentado, o que implicaria, também, na fragmentação da sua consciência e ação política. Embora não deixe de reconhecer que essa fragmentação dificulta a “formação” de classe e a construção de identidades, não concordo com esse determinismo econômico implícito na sua tese, por achar que ele vê a fragmentação de forma unilateral, desconsiderando o aspecto político necessário à análise.

Outro argumento de Offe é o de que há, hoje, outras preocupações no contexto da vida dos que trabalham, inclusive culturais, que estariam ganhando mais espaço que o próprio trabalho. Isso não parece ter consistência, uma vez que as atividades culturais já fazem parte da preocupação dos trabalhadores desde muito tempo, como mostra Thompson, em “A formação da classe operária inglesa”. Além disso, hoje, os trabalhadores se vêem forçados a ocuparem o tempo pós-jornada com outras atividades remuneradas para complementação do salário ou, em outros casos, investindo em cursos de especialização, reciclagem etc., para estarem mais aptos a permanecer em seus empregos/ocupações. Observa-se, assim, que os trabalhadores de hoje estão mais fortemente subordinados à opressão do capital, que lhes bloqueia o tempo livre. Ademais, hoje, também, se criam e recriam formas de organização operárias, dentro e fora das fábricas, mostrando que o cenário no qual Offe só enxerga morte, continua bem vivo.

O que ocorreu, na verdade, é que, no contexto de mudanças implementadas pelo capital, no cenário mundial, a classe trabalhadora ficou mais complexa, fragmentada e heterogênea (Antunes, 1999a). Em alguns setores, tornou-se mais qualificada; em outros, desqualificada e precária. Constituiu-se, de um lado, um contingente reduzido de trabalhadores polivalentes e multifuncionais e, de outro lado, uma grande massa precarizada de trabalhadores sem qualificação (subempregados e “informalizados”) atingida pelo desemprego estrutural.

A partir de todas essas considerações, e dada a amplitude que adquiriu a noção de classe trabalhadora, nos dias atuais, não posso concordar com a tese do fim do trabalho ou da centralidade do trabalho a partir de um segmento dessa classe: o operariado assalariado fabril. Este está, contraditoriamente, sendo suplantado, em escala mundial, pelo proletariado precarizado (Alves, 2000). Assim, o fim do papel central do trabalho (e da classe trabalhadora) não está determinado. Acredito que, por mais difícil que seja enfrentar o desafio de aglutinar forças nesse cenário de

“metaformose do trabalho”, ainda é possível resgatar, em relação aos trabalhadores, o sentido de pertencimento de classe que o capital e suas formas de dominação tentam ocultar com as mais perversas estratégias.

Diante desses elementos, parece-me que, dentre outros equívocos, Gorz e Offe confundem-se na análise da crise do movimento operário, definindo-a como crise do trabalho, o que acaba por tornar ainda mais obscuras as causas e as conseqüências da ofensiva neoliberal para os trabalhadores, o que, por si só, já contribui para despolitizar e encobrir o acirramento da luta de classes na atualidade, se considerada a relação social fundamental entre capital e trabalho. Este último aspecto, na verdade, deve nos levar a dar uma maior atenção às transformações que o ideário neoliberal ocasionou às relações de classe no Brasil, o que supõe, também, uma reflexão sobre o impacto do neoliberalismo⁸ para as camadas populares em nosso país, no momento atual. Cabe lembrar, porém, que isso não faz com que sejam relegados a um segundo plano, nesta análise, os espaços tradicionais de negociação e alianças do movimento sindical de trabalhadores, assim como os espaços de negociação direta entre trabalhadores e patrões, que foram conquistados pela organização sindical nos locais de trabalho.

2.2

Novas características do trabalho e da classe trabalhadora – desafios para os sindicatos

Em outros termos, tal prerrogativa se baseia no fato de que, se durante os anos 1980 a forte presença sindical no chão de fábrica garantia um poder de barganha importante aos representantes sindicais de categorias-chaves de trabalhadores brasileiros, a partir da década de 1990, com a ofensiva neoliberal, iniciada com o governo Collor, isso começou a se modificar. Novas políticas de reestruturação produtiva⁹ levaram à redução do

⁸ O termo neoliberalismo está sendo usado em referência às tentativas de recuperação do liberalismo, cujas conseqüências podem ser resumidas à fragilização do Estado Nacional (na medida em que o “setor público” represente limites à irrestrita integração dos países à lógica financeira e especulativa) e à destruição das mais variadas expressões dos movimentos populares de resistência política aos propósitos dos mercados e da economia desregulada (nesse aspecto, em particular, os sindicatos).

⁹ Concordando com Ramalho & Santana (2003) que o termo “reestruturação produtiva” se refere a uma diversidade de processos e, muitas vezes, acaba por não servir como categoria explicativa, sobretudo se não se considerar que o conjunto de mudanças a que se refere adquirem características próprias em função das “realidades, históricas e conjunturas às quais estão associadas” (p. 14), entendo como reestruturação produtiva o conjunto dos processos e mudanças ocorridos no interior do mundo do trabalho, como as práticas de

trabalho vivo nas empresas, acarretando uma diminuição do nível de emprego nos setores econômicos onde havia uma maior penetração do chamado “novo sindicalismo”¹⁰, tornando mais difícil o processo de mobilização operária. Contudo, o reconhecimento dessa realidade não significa apontar para o fim da luta sindical, mas antes verificar que há um deslocamento, na sociedade brasileira atual, do espaço da luta sindical, o qual não se restringe mais apenas ao “chão da fábrica”, ou seja, o movimento organizado de trabalhadores não está sujeito primordialmente às mudanças econômicas, mas, também, aos aspectos políticos e sociais que resultam das relações sociais.

A literatura especializada mostra que, embora haja consenso a respeito dos efeitos dessas mudanças sobre os sindicatos, não existe concordância quanto aos impactos ocasionados, ou seja, se eles ocasionariam o fim do sindicato como instância de representação dos trabalhadores:

“Uns alegam que há uma crise mundial de sindicalização; outros, qualificando diferentemente os números, apontam o relativismo de tal afirmação. Uns indicam que o legado dos sindicatos como elemento central da representação dos interesses dos trabalhadores está acabado, dando lugar a outras formas identitárias e de representação mais parciais; outros, aceitando, em parte, tal indicação, continuam apontando a importância dos sindicatos na conquista e manutenção dos direitos para a classe trabalhadora” (Santana, 2005: 15).

É bom lembrar, ainda, que a luta dos trabalhadores dá-se historicamente, razão pela qual está sujeita a crises e instabilidades, como qualquer outra empresa humana que busca se adequar no tempo e no

terceirização/subcontratação, implantação de círculos de controle de qualidade, por exemplo, associadas ao emprego intenso da microeletrônica e da automação e de grandes investimentos em tecnologia, que são a expressão das transformações econômicas por que passa o mundo contemporâneo. Além disso, e com base nas reflexões de Mota (1998), a reestruturação produtiva é aqui concebida como mais uma estratégia do capital para responder às suas crises. “Para fazer-lhes frente é absolutamente vital ao capital (...) redesenhar não apenas a reestruturação econômica, mas, sobretudo, reconstruir permanentemente a relação entre as formas mercantis e o aparato estatal que lhes dá coerência e sustentação (...)”. Por esta razão considero que a privatização de empresas públicas, especialmente as prestadoras de serviços sociais básicos, seja parte dessa estratégia, quando de interesse do capital para a sua recomposição. Dias (1998) trata a reestruturação produtiva como “forma atual da luta de classes”, à medida em que, para criar as condições desta nova face da dominação capitalista, é preciso liquidar as antigas identidades de classe e as vigentes relações de trabalho, tarefa que a tal reestruturação, no sentido como a estamos entendendo, desempenha muito bem. Segundo ele, “trata-se de uma brutal luta ideológica, travestida de modernidade capitalista. Esta luta visa a negar a possibilidade de uma identidade classista do trabalhador, negar suas formas de sociabilidade e subjetividade”.

¹⁰ Devo deixar claro que, embora haja controvérsias quanto à ocorrência de rupturas em relação ao velho sindicalismo (refiro-me ao sindicalismo estatal-corporativista, inaugurado na era Vargas), o termo será aqui utilizado para destacar o movimento sindical brasileiro do final da década de 1970 até o final da década de 1980.

espaço. Nesse contexto, o movimento sindical de trabalhadores passou a buscar alternativas para as suas formas de estruturação e intervenção. Não existiriam saídas, num contexto de precarização do trabalho, conforme já visto, somente se a organização sindical não alterasse algumas de suas premissas, já que as mudanças trazem novas questões a serem enfrentadas. Este é outro aspecto que a literatura mostra: os sindicatos vêm assumindo novas configurações e maneiras de agir. Ainda de acordo com Santana (op. cit.), no caso brasileiro, a busca de alternativas tem apontado, a exemplo de outros países, para diversas direções, embora ainda não seja possível avaliar, com profundidade, os resultados desses esforços. O que já é possível assinalar, enfatiza, é o desenvolvimento de experiências múltiplas e variadas, nos diversos setores que compõem o movimento sindical brasileiro.

Aqui cabe esclarecer que, não obstante as limitações impostas, a década de 1990 não representou um período de abstenção para os sindicatos. Provam isso os vários movimentos de resistência à ofensiva neoliberal sobre o trabalho, seja na forma de greves (ainda que com estratégias diferenciadas das duas décadas anteriores), ou na tentativa de articulação com outros movimentos¹¹. Historicamente, essa articulação já acontecia, mas protagonizada pelos sindicatos. O que se observa é que os sindicatos mantêm-se atuantes, e a novidade recai na recriação dessa articulação com os movimentos sociais¹², que se dá de forma diferenciada. A esse respeito Rodrigues (2004), ao analisar o sindicalismo recente do ABC, chama a atenção para o fato de que há uma nova pauta sindical, onde um dos temas cruciais é a manutenção do emprego, e outro, “a capacidade de transitar com desenvoltura do interior da empresa à comunidade, da sociedade civil às instituições políticas, enfim, do local e/ou regional ao nacional e/ou global” (p. 3).

¹¹ As ofensivas iniciadas no governo Collor, que deu ampla difusão à ideologia neoliberal e aumentou o desemprego estrutural, fizeram, contraditoriamente, crescer ou mesmo deram origem a outros movimentos sociais, chamados por Mouriaux (2002) de “movimentos de urgência”, pelo fato de serem movimentos que lutam por condições mínimas e urgentes para assegurar a simples sobrevivência física de seus membros (como exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST e o Movimento dos Trabalhadores Desempregados - MTD).

¹² Importante esclarecer que a contribuição dos movimentos sociais para a democratização difere da que cabe aos sindicatos ou aos partidos políticos, pois os movimentos sociais apresentam perfis de organização próprios, além de uma inserção específica na sociedade e articulações particulares com a estrutura político-institucional, razão pela qual se tornam mais promissores para a construção da democracia, sobretudo no Brasil, país marcado por práticas autoritárias e clientelistas. A esse respeito vide Martins (1994) e Costa (2003).

A análise empreendida tem que levar em conta, como um dos seus eixos principais, a discussão sobre a própria crise que vive o sindicato¹³ e a maneira como a enfrenta, sobretudo no que se refere aos aspectos de dissolução do individualismo, que é um traço marcante da sociabilidade capitalista. Nesse cenário, a regeneração da solidariedade de classe¹⁴ comparece como estratégia fundamental para um projeto de retomada do sindicalismo que possa responder às características desses novos tempos, quando a desarticulação, para a classe trabalhadora, tornou-se um imperativo. Aí se encontra um outro aspecto fundamental para este estudo, que é a perda de referências coletivas, mesmo num movimento onde a ação coletiva é (ou deveria ser) o mote principal, sendo esta uma outra questão subjacente ao problema abordado. É nesse sentido que a constituição de espaços públicos ampliados e novas formas de gestão públicas, abertas à participação, são de vital importância.

Por essas razões, tomar a situação dos ferroviários do Rio de Janeiro, e em especial a do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil como referência para a análise, assenta-se no fato do mesmo ter enfrentado, conforme já visto, no final dos anos 1990, o processo de concessão dos serviços de transporte ferroviário de passageiros à SuperVia, antes prestados na cidade do Rio de Janeiro pela Flumitrens. Além disso, os ferroviários possuem tradição na luta sindical, a qual, não obstante o processo de sucateamento da RFFSA, que se deu a partir da década de 1970, apresentou

¹³ A crise do movimento sindical ocorre não só nos países capitalistas mais desenvolvidos, mas, também, nos pólos mais modernos da economia capitalista dependente, que é o espaço em que se trava a luta política no país e do qual depende, estrategicamente, o sucesso dos demais movimentos sociais. Segundo Boaventura de Sousa Santos, “é hoje reconhecido que, nos países centrais, o movimento sindical emergiu da década de 1980 no meio de três crises distintas, ainda que interligadas. A crise da capacidade de agregação de interesses em face da crescente desagregação da produção, da precarização da relação salarial e da segmentação dos mercados de trabalho; a crise da lealdade de seus militantes em face da emergência contraditória do individualismo e de sentimentos de pertença muito mais amplos que os sindicais, o que levou ao desinteresse pela ação nesse âmbito, à redução drástica do número de filiados e ao enfraquecimento da autoridade das lideranças sindicais; e, finalmente, a crise de representatividade resultante, afinal, dos processos que originaram as outras crises” (1995: 3).

¹⁴ Necessário frisar que, ao apontar a “regeneração da solidariedade de classe”, refiro-me à recusa da individualização, da guerra de todos contra todos que a nova lógica privatista procura impor como regra de vida. Assim, solidariedade refere-se à vontade de “reconstituir um mínimo de comunidade humana” diante das relações capitalistas (Bihl, 1998). Isso para tornar claro que não pretendo contrapor essa noção à de um possível sindicalismo solidário do passado, como “uma época dourada em que os trabalhadores eram espontaneamente coletivistas e as organizações laborais alinhavam-se por detrás de um projeto de classe unificador” (Hyman, 1996:19 in Ramalho & Santana, 2003: 26). Seria ingênuo não reconhecer a diversidade de experiências e de finalidades almejadas pelas organizações sindicais. A construção da solidariedade em tempos de acentuação da lógica privatista do capital é colocada como um valor moral que possa balizar um projeto de resistência a essa tendência ao individualismo exacerbado.

uma trajetória de lutas e conquistas na década de 1980, com greves históricas, como a de 1986, demonstrando forte poder de mobilização¹⁵.

Além disso, mesmo após o processo de privatização, identifiquei tentativas de recomposição da categoria, ainda que tímidas, diante do esvaziamento que vinha sendo alvo, e o nascimento de novas formas de lutas para que as condições de vida e de trabalho sejam melhores, tanto para os ferroviários como para a população usuária dos serviços, formada, basicamente, por trabalhadores de baixa renda da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – RMRJ. Dentre as estratégias de luta e resistência adotadas pelo Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, no período pesquisado, observei que a tentativa de articulação com outros movimentos sociais é uma das mais utilizadas, tendo em vista a principal “bandeira de luta” dos ferroviários do Rio Janeiro ser a “reestatização” dos serviços de transporte ferroviário de passageiros, fator que interessa diretamente à categoria e à população usuária dos serviços.

Cabe fazer, neste ponto, uma modesta retrospectiva. O Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil¹⁶ teve início com a criação da Associação Profissional dos Trabalhadores Ferroviários, fundada logo após a criação da RFFSA, em 1957. A Associação atuava, no início, ao lado do Sindicato dos Trabalhadores Ferroviários da Leopoldina¹⁷. A Estrada de Ferro Leopoldina – The Leopoldina Railway Company - era, à época do Império, uma empresa concorrente da Central do Brasil. Pertencia ao barão de Mauá e foi fundida à RFFSA, em 1957.

¹⁵ A greve de 1986 foi a primeira feita pelos ferroviários após o Golpe de 1964, e reivindicava, basicamente, aumento salarial. Ocorrida somente no Rio de Janeiro, durou quatro dias e levou o então ministro do trabalho, Almir Pazzianoto, a negociar diretamente com o sindicato. O movimento grevista obteve a estabilidade no emprego por um ano, além de diversas conquistas no decorrer da década de 1980, como um novo código de punições e a formação de comissões para a revisão nos procedimentos de trabalho, considerados penosos ou prejudiciais à saúde do trabalhador. Como exemplo, pode ser citada a abolição do uso de creosoto, até então aplicado na conservação de dormentes, responsável pela morte e incapacitação de muitos ferroviários. Fonte: Batistinha, o combatente dos trilhos. Rio de Janeiro: Arquivo de Memória Operária/Centro de Memória Ferroviária do Sindicato dos Trabalhadores Ferroviários da Zona da Central do Brasil, 1993.

¹⁶ As informações sobre a história do Sindicato foram pesquisadas no Centro de Memória Ferroviária do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona da Central do Brasil, especialmente no jornal Trilhando (órgão oficial do Sindicato), n.º 46, ano VI, junho/julho de 1992 e n.º 60, suplemento especial (Novo Estatuto Interno), de dezembro de 1993.

¹⁷ O Sindicato da Leopoldina, fundado na década de 1930, permanece atuante e é vinculado à Força Sindical, sendo a maioria de seus associados aposentados. O fato de haver dois sindicatos, na mesma base territorial, com vinculação política distinta, imprime aos ferroviários do Rio de Janeiro uma característica diversa de outros. Ademais, existe a Associação dos Engenheiros Ferroviários, criada em 1937, que congrega somente os engenheiros, tendo uma atuação paralela aos dois sindicatos e que, raramente, se articulam. Esses são elementos a serem considerados na análise, dada a sua importância para a compreensão dos ferroviários do Rio de Janeiro.

Antes, em 1886, a Northern Railway inaugurara um percurso, interligando diversos núcleos urbanos na região que, com o advento da ferrovia, experimentaram um grande surto de progresso. A The Leopoldina Railway Company só começou a operar na área urbana do Rio de Janeiro a partir de 1898, ao incorporar o acervo da Northern Railway, que havia falido. Com a expansão da ferrovia, a empresa mandou construir uma estação de passageiros à altura do seu prestígio, a qual foi inaugurada no dia 6 de novembro de 1926, com o nome de Barão de Mauá. Hoje, o imponente edifício está, praticamente, abandonado. Há, em estudo, pelo governo federal e pelo governo do estado do Rio de Janeiro, um projeto para a sua transformação num centro cultural, interligado a um moderno *shopping center*.

Os ferroviários ligados à Associação e ao Sindicato dos Trabalhadores Ferroviários da Leopoldina, representavam, no início do século XX, junto com os marítimos e portuários, a vanguarda da organização sindical no país. Contudo, em 17 de abril de 1961, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona da Central do Brasil, por membros da Associação e por ferroviários, que romperam com o Sindicato da Leopoldina, em razão de divergências quanto à direção do movimento.

Ainda em 1961, quando os militares, após a renúncia do então presidente Jânio Quadros, tentaram impedir a posse do sucessor João Goulart, os ferroviários do Rio de Janeiro fizeram doze dias de greve contra a tentativa de golpe.

No dia 13 de março de 1964, no grande comício da Central do Brasil, os ferroviários da Central compareceram em peso. Em 31 de março, os militares derrubaram o governo de João Goulart. Era o início da ditadura. Começava, também, a “caçada” às lideranças sindicais. Os ferroviários entrincheiraram-se em vários pontos do trecho ferroviário, em Duque de Caxias, base do Sindicato da Leopoldina. Batistinha, líder deste último, foi preso e teve seu mandato de deputado federal cassado. As prisões de líderes ferroviários se sucederam. Com o AI-5, em 1968, a repressão tornou-se mais violenta¹⁸.

Contudo, em 1980, com a diminuição da vigilância e com a crise do regime militar e o desgaste das diretorias “pelegas”, sobretudo com o surgimento da Central Única dos Trabalhadores - CUT, aos poucos, inicia-se uma reorganização da categoria, culminando, em 1986, com a eleição para o Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, da chapa do Movimento de

¹⁸ Fonte: “Batistinha, o combatente dos trilhos” (op. cit.).

União dos Ferroviários da Central do Brasil – MUF, organizado por militantes apoiados pela CUT, e que, desde então, vem elegendo as diretorias para os mandatos subseqüentes.

O Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil possui base territorial em três estados da Federação: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro¹⁹. É uma das mais extensas do país e abrange três importantes estados, dada a concentração populacional e industrial, e a importância para o desenvolvimento do Brasil, o que já lhe imprime uma característica particular. Os associados possuem vínculos com as seguintes empresas ferroviárias: RFFSA²⁰, Ferrovia Centro-Atlântica – FCA (ex Ferrovia Paulista S.A. - FEPASA)²¹, Companhia Paulista de Transporte Metropolitano – CPTM²², Agência Central da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU²³, Flumitrens, MRS Logística S/A²⁴ e SuperVia²⁵. Outro elemento de destaque é

¹⁹ Base territorial: RJ: Rio de Janeiro, Três Rios, Barra do Pirai; MG: Juiz de Fora; SP: São Paulo, Mogi das Cruzes, Itaquaquecetuba, Jacareí, Guararema, São José dos Campos, Caçapava, Taubaté, Pindamonhangaba, Aparecida do Norte, Guaratinguetá, Lorena, Cachoeira Paulista, Cruzeiro e Queluz.

²⁰ A RFFSA, estatal do setor ferroviário, foi extinta pelo Pacote de Aceleração do Crescimento – PAC, pela MP nº 353, de 22/01/2007, após o processo de liquidação iniciado em 1999, que foi prorrogado 14 vezes.

²¹ A FCA tornou-se uma concessionária do transporte ferroviário de cargas em setembro de 1996, a partir do processo de desestatização da RFFSA. Responsável pela operação de uma malha com 7.840 km de linhas, a FCA, hoje, abrange sete estados – Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Sergipe, Goiás, Bahia, São Paulo – além do Distrito Federal. A FCA é, também, o principal eixo de conexão entre as regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste. Sua frota atual é composta por cerca de 12.000 vagões e 500 locomotivas, e pertence à Companhia Vale do Rio Doce (a CVRD é a maior empresa brasileira do ramo da mineração. A antiga empresa de economia mista, criada no governo Getúlio Vargas em 1942 é, hoje, uma empresa privada, de capital aberto, após sua privatização em 1997, com sede na cidade do Rio de Janeiro. O Conselho de Administração da CRVD é controlado pela Valepar S.A. Por sua vez, a constituição acionária da Valepar é a seguinte: Litel/Litela (fundos de investimentos administrados pela Previ) com 58,1% das ações, Bradespar com 17,4%, Mitsui com 15,0%, BNDESpar com 9,5%, Elétron (Opportunity) com 0,02%.

²² A CPTM, criada em 28 de maio de 1992, recebeu uma herança de mais de um século de ferrovias (resultou do processo de estadualização da RFFSA), que foram fundamentais para o desenvolvimento social e econômico do Estado de São Paulo. Possui 253,2 quilômetros de linhas operacionais, que cortam 22 municípios da região metropolitana, com cerca de 1 milhão e 300 mil usuários, diariamente.

²³ A CBTU foi criada em 22 de fevereiro de 1984, pelo Decreto-lei nº 89.396, vinculada à Secretaria Nacional de Transportes do Ministério dos Transportes e das Comunicações, na forma de uma Sociedade de Economia Mista, subsidiária da RFFSA, com a missão de modernizar, expandir e implantar sistemas de transporte de passageiros sobre trilhos, operando aqueles sob administração do governo federal. Com a edição da Lei nº 8.693, de 3 de agosto de 1993, dispozo sobre a descentralização dos serviços de transporte ferroviário urbano de passageiros da União para os estados e municípios, o controle acionário da CBTU foi transferido, em 10 de março de 1994, da RFFSA para a União. Desde então, a CBTU passou a ser vinculada ao Ministério dos Transportes, com sua missão, a partir de então, visando à transferência da administração e gestão daqueles sistemas para os poderes locais de governo. Atualmente, está vinculada ao Ministério das Cidades, desde 1º de janeiro de 2003 (Decreto nº 4.566).

²⁴ A MRS Logística é uma concessionária que controla, opera e monitora a Malha Sudeste da extinta RFFSA. A empresa atua no mercado de transporte ferroviário desde 1996, quando foi constituída, interligando os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. São 1.674 Km de malha - trilhos que facilitam o processo de transporte e distribuição de cargas numa região que concentra, aproximadamente, 65% do produto interno bruto do Brasil, e estão

o fato do Sindicato dos Ferroviários da Central ser ligado à Central Única dos Trabalhadores – CUT e ter participação ativa na corrente “Opção Popular” do PT do Rio de Janeiro. Ademais, o transporte de passageiros urbanos é um serviço social básico e, portanto, fundamental para a classe trabalhadora. Tais elementos demonstram que o problema enfrentado pelos ferroviários tem um alcance social bem maior do que pode parecer à primeira vista.

Implícita, aqui, está a idéia de que o sindicalismo não é só um fenômeno de cunho institucional, ligado ao mundo do trabalho apenas. Ele é, além disso, um fenômeno de cunho social e político. Isso deixa a descoberto os elos com os projetos políticos em cena, na sociedade, o que faz com que as lideranças sindicais estejam implicadas, explícita ou implicitamente, com outros sujeitos políticos da sociedade. Nesse campo de disputas, há clivagens importantes entre as tendências sindicais mais proeminentes, sobretudo entre as duas maiores centrais sindicais do país: a CUT e a Força Sindical. Bom lembrar que os sindicatos ligados à CUT costumavam possuir posições mais críticas, enquanto que os ligados à Força Sindical se posicionavam a favor das políticas econômicas postas em prática pelo governo.

A diretoria do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil é composta, atualmente, por 59 membros, sendo o seu presidente oriundo da Central Logística, portanto, um servidor público do estado do Rio de Janeiro²⁶. Os demais cargos contam com representantes de todas as empresas ferroviárias de sua base territorial, sendo 10 oriundos da SuperVia, o que mostra um número significativo de líderes sindicais originários de uma empresa privada.

O Sindicato dos Trabalhadores Ferroviários da Leopoldina, fundado na década de 1930, possui base territorial em três estados da federação: Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.²⁷ A maioria de seus associados, são

instalados os maiores complexos industriais do país. Pela malha da MRS também é possível alcançar os portos de Sepetiba e de Santos (o mais importante da América Latina).

²⁵ A SuperVia é o nome da empresa criada pelo consórcio vencedor da licitação que deu a concessão, por 50 anos (25 anos renováveis por mais 25 anos), para operação comercial e manutenção da malha ferroviária urbana de passageiros da região metropolitana do Rio de Janeiro, no dia 1 de novembro de 1998. Transporta cerca de 9 milhões de pessoas por mês, com uma média de 450 mil usuários/dia, distribuídos em 89 estações, ao longo de 11 municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

²⁶ Trata-se de Walmir de Lemos, o “Índio”, que está exercendo o quarto mandato como presidente. Mandatos: 1997-1999; 2000-2002; 2003-2005; 2006-2008.

²⁷ As informações sobre o Sindicato da Leopoldina foram obtidas em entrevista junto a seu presidente, em outubro de 2006, após várias tentativas de contato com o mesmo. Não tive acesso aos estatutos do sindicato nem a outro documento qualquer que comprovasse as informações dadas por ele. Importante registrar que dentre todos os ferroviários entrevistados para esta pesquisa, não consegui encontrar nenhum filiado a este sindicato.

aposentados (cerca de 10.000), embora o sindicato tenha, em pequeno número, ferroviários da CBTU, RFFSA, SuperVia e FCA, sendo desta última o maior número de associados em atividade (cerca de 2.000). Além destes, o sindicato admite, também, o “associado amigo”, ou seja, “o indivíduo que, mesmo não sendo ferroviário, se filia ao sindicato, contribuindo com sua taxa para desfrutar dos benefícios prestados por este como, por exemplo, desconto em instituições de ensino, clubes, assistência jurídica etc.” (Pesquisa de campo, entrevista com o presidente do Sindicato da Leopoldina, outubro de 2006).

Quanto aos interesses e atuação do sindicato, nas palavras de seu presidente, assentam-se na “busca por melhoria salarial, tendo em vista ser a base do sindicato de ferroviários inativos, daí a preocupação primordial com a progressão da renda, já que os filiados não teriam mais pretensões futuras quanto à atividade, devido a questões como idade e a situação ocupacional” (idem).

Observa-se que, além de haver dois sindicatos na mesma base territorial, o que contraria a disposição constitucional contida no artigo 8º, inciso II²⁸, há, também, um conflito de interesses e estratégias de atuação entre os dois sindicatos. Durante a pesquisa, não observei qualquer movimento no sentido de unificação dos organismos ou de suas bandeiras de lutas. Pelo contrário, ouvi críticas dos dois lados, tendo presenciado, mais de uma vez, conversas por telefone sobre acordo, ou litígio, referente ao imposto sindical a ser repartido entre os dois sindicatos. Outro ponto que merece destaque é o fato dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT serem distribuídos entre os dois sindicatos.

Atualmente, o Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil não recebe o seu percentual de recursos do FAT, por estar inadimplente com os encargos trabalhistas de seus empregados, ou seja, recolhimento de parcela do INSS e FGTS. Esse fato, verdadeiro desastre para a imagem de uma entidade de defesa dos trabalhadores, tem sua explicação na drástica redução do número de filiados que o sindicato experimentou, principalmente na década de 1990, com a conseqüente perda de receitas e desfazimento de patrimônio. Ainda sobre esse assunto, merece destaque o reduzido número de empregados atualmente “em exercício”. O Sindicato dos Ferroviários da

²⁸ “É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte: II. é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregados interessados, não podendo ser inferior à área de um Município”.

Central do Brasil, diante das enormes dificuldades econômico-financeiras, que vem enfrentando desde a privatização da Flumitrens, reduziu de 30 para 3 o número de empregados . Hoje, só conta com uma secretária, um agente administrativo e uma faxineira. Além disso, há uma situação de “desconforto e insatisfação” entre alguns membros da diretoria e os empregados diante da política de gestão adotada pelo sindicato. Dos 30 empregados de seu quadro funcional, 20 encontram-se em licença remunerada (de acordo com a CLT)²⁹, ou seja, não foram demitidos, mas ganham 75% dos vencimentos, sem direito a vale-transporte e vale-refeição, estando, porém, dispensados de comparecer ao trabalho. Em 2004 foram dispensados 7 empregados, cuja demissão resultou em processos judiciais contra a entidade, por descumprimento no pagamento de direitos trabalhistas. Os 3 empregados “em exercício” também ganham 75% dos vencimentos, acrescidos de vale-transporte e vale-refeição.

Há discordância, entre alguns membros da diretoria e a presidência, sobre a situação aqui descrita. Os discordantes consideram a “administração paternalista, por não querer demitir os empregados em licença remunerada por serem muito antigos em seus postos” (informação dada por um diretor do sindicato, empregado da SuperVia). Por seu turno, a presidência, ocupada por um ferroviário da Central Logística, portanto, servidor público, acredita que a situação será revertida a favor do sindicato e dos trabalhadores, com o saneamento das finanças. Indica, também, que a readmissão, em andamento, dos ferroviários demitidos no Plano Collor (cerca de 4.700 ferroviários), trará novos filiados, possibilitando ao sindicato recuperar parte de suas condições estruturais.

Observa-se, claramente, o conflito e a dificuldade do sindicato em lidar com a sua nova realidade, embora a privatização da Flumitrens tenha ocorrido há oito anos. Há uma grande diferença na maneira de pensar e lidar com a situação entre os membros diretores empregados da iniciativa privada e servidores públicos. Os diretores oriundos da iniciativa privada acham que o

²⁹ A licença remunerada concedida ao trabalhador, provocada pela paralisação das atividades da empresa. Licença, em sentido geral, quer exprimir a permissão ou a autorização dada a alguém para que possa fazer ou deixar de fazer alguma coisa. É tomada, ainda, na acepção de dispensa. Exprime a concessão de dispensa ou a isenção de fazer aquilo a que se estava obrigado a fazer. É assim que, na linguagem administrativa, quer significar o afastamento autorizado do cargo ou do emprego, ou a concessão de não trabalhar nele, durante certo período fixado ou determinado na autorização ou concessão. Neste caso, pois, licença entende-se dispensa do trabalho ou do serviço, podendo ser remunerada ou não (Plácido e Silva, 2001).

sindicato deve adotar um novo modelo de gestão. É o que se depreende do depoimento abaixo:

“Precisa cortar gordura, pois não há saída para o problema que se instalou. Tem que fazer saneamento das finanças, é um buraco sem fundo. Cada um que é chamado para acordo exige mundos e fundos, claro, quem não quer uma situação dessas? Aí o sindicato não tem como pagar o que eles querem, nem o que vão cobrar na justiça depois” (Pesquisa de campo, entrevista com um diretor do sindicato, ferroviário da SuperVia, novembro de 2006).

Esse fato demonstra como o sindicato ainda não conseguiu se organizar, em termos estruturais, para enfrentar a realidade que lhe foi imposta. Neste caso, especificamente, com o agravante de haver divergências na direção quanto à forma de administrar o órgão. As falas denotam as vinculações e modos diferenciados de lidar com o problema. Ademais, fica claro o rebatimento das questões próprias do trabalho para o sindicato como empregador. Trata-se de uma questão bastante complexa, pois, ao existir para defender direitos de trabalhadores, como lidar com os seus empregados, também trabalhadores, que sofrem diretamente as conseqüências da precarização do trabalho, ainda que não sejam ferroviários? A próxima fala mostra como se sente o trabalhador que vivencia o problema:

“Melhor enfrentar logo, pois é injusto com quem está, de fato, trabalhando. A maioria dos que estão em disponibilidade³⁰ ficam em casa estudando para concurso, nunca aparecem aqui, embora ganhem quase o mesmo que nós, que ficamos sobrecarregados. Mas a diretoria não tem outra saída. Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come, é assim, entende? Acho que eles (os empregados) estão errados. O sindicato não pode arcar com tanta despesa. Muitos até trabalham em outros empregos. Então, não tem vantagem nenhuma trabalhar, só porque a gente tem compromisso mesmo e acredita no sindicato. Depois, emprego tá muito difícil aí fora. Eu tenho mais de 50 anos e é muito complicado” (Pesquisa de campo, entrevista com uma funcionária do sindicato, secretária, novembro de 2006).

Um trabalhador licenciado, que não quis ser entrevistado, fez comentários sobre a situação, de modo que pude ouvi-lo, e acusou o sindicato de hipocrisia por tratar assuntos semelhantes de forma diferente, referindo-se aos empregados do sindicato e aos ferroviários. Observa-se que tal situação torna o sindicato ainda mais vulnerável. Como encaminhar tantas

³⁰ Neste ponto, um diretor, que também participava da entrevista, mostra-se impaciente, pois diz que esse jargão, muito usado no sindicato como referência aos 20 empregados licenciados, é “típico de funcionário público”, e não se aplica ao caso.

e complexas situações com um número tão reduzido de trabalhadores? Há uma demanda de trabalho enorme para o sindicato, pois, além das atividades de rotina, há, semanalmente, somente da SuperVia, cerca de 10 homologações de rescisão de contrato de trabalho a fazer. Some-se a isso o atendimento aos ferroviários “anistiados”, demitidos no Plano Collor que, após impetram e ganham ação contra o governo, estão retornando ao serviço público. São centenas de pessoas que procuram o sindicato para orientação jurídica, dentre outras necessidades, que irei tratar mais adiante. Como o sindicato tem se mostrado propício a realizar articulações com outros órgãos da sociedade civil e com movimentos sociais, em busca de apoio e construção de alternativas para aumentar sua capacidade de organização e mobilização e, ainda, engajar-se na luta por uma sociedade menos desigual e mais democrática, sobra trabalho e falta pessoal para dar conta das atividades a que se propõe. E, ainda, há o risco de se distanciar de sua base de representação, diante de tantas frentes de atuação.

Não obstante a situação precária (em termos de estrutura de funcionamento) em que se encontra o Sindicato dos Ferroviários da Central da Brasil, aspecto muito comentado pelo presidente do Sindicato da Leopoldina, observei, durante a pesquisa, intensa movimentação de ferroviários e de seus familiares em suas dependências, tendo registrado pouquíssimo movimento no Sindicato da Leopoldina, este com uma boa estrutura de funcionamento. Seu presidente foi muito claro ao afirmar que “não existe nenhuma articulação deste sindicato com outros movimentos sociais” e que a atuação em torno de causas comuns são mediadas pela Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários, à qual é filiado³¹. Lutas em comum são feitas apenas em articulação com outros sindicatos da categoria (Pesquisa de campo, entrevista com o presidente do Sindicato da Leopoldina, outubro de 2006).

Com os elementos apontados até aqui, e os depoimentos e observações colhidos na pesquisa de campo, delineiam-se algumas questões levantadas no início do texto, e reforça-se a idéia de que uma das saídas para o grande desafio posto aos sindicatos, é que, mesmo para o movimento sindical, a questão social não pode ser tratada apenas em termos da esfera das relações de trabalho, envolvendo os trabalhadores, os empresários e o

³¹ O Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil é filiado à Federação Nacional Independente dos Trabalhadores Sobre Trilhos, uma dissidência da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários. Novamente uma desobediência ao texto constitucional.

Estado, privilegiando a dimensão interna do conflito em detrimento das dimensões externas. É necessário, para o enfrentamento das questões que ultrapassam o limite da “sua” categoria, falar à sociedade, ao cidadão e, até mesmo, ao consumidor, numa tentativa de estabelecer relações com setores da sociedade civil e movimentos sociais, sobretudo os mais próximos das causas tratadas pelo sindicato. É nesse sentido que parece haver um deslocamento, na sociedade brasileira atual, do espaço da luta sindical, o qual não se restringe mais apenas ao chão da fábrica ou aos lugares do trabalho, mas igualmente à disputa ideológica pela hegemonia no espaço público³². Essa afirmativa refere-se ao fato de que durante as décadas de 1970 e 1980, frente à grande expansão do movimento sindical brasileiro, criou-se a idéia de que bastava uma forte presença no chão da fábrica para que os sindicatos se tornassem sujeitos potentes, influenciando em decisões importantes. Atualmente, esse esquema de atuação está em crise. Mudanças estruturais e políticas importantes tornam o discurso do conflito entre trabalhadores e empregadores pouco atraente. É nesse contexto que grupos sindicais importantes, como as principais centrais sindicais do país, começam a considerar, seriamente, a necessidade de dar uma maior atenção a questões sociais não diretamente ligadas ao mundo do trabalho, mas que refletem no mesmo. Importante lembrar que a CUT, majoritária, já vinha mudando de linha de atuação desde a década de 1990 (vide Rodrigues, 2004 e Ferraz, 2003).

Ao refletir sobre o sindicalismo brasileiro recente, analisando as resoluções do IV° e V° Congressos Nacionais da CUT, Ferraz (op. cit.) chama a atenção para o diagnóstico traçado pelos delegados presentes ao V° Congresso:

“O chão de fábrica como lócus do conflito de classes, apesar de não perder a centralidade, ganha companhia de outros palcos do mesmo conflito. O capitalismo atual, ao mesmo tempo que poupa o trabalho humano (o capital torna os seres humanos supérfluos) leva a exploração do trabalho social produtivo para além da centralidade operária da fábrica, generalizando a luta de classes, que se estende da pesquisa ao consumo e redefine o perfil do mundo do trabalho. Não é mais apenas o sonho do trabalho autônomo frente ao capital. Pois para os delegados presentes ao Congresso, a exploração se encontra na relação de trabalho, mas também além dela”(p.9).

³² Esta tendência é visível mesmo em empresas privadas, onde a interferência do Estado é menor que nos casos de empresas ou instituições públicas. Veja-se, por exemplo, as greves no ano de 2002, na indústria metalúrgica de São Paulo, onde a solidariedade das famílias e comunidades dos trabalhadores, além das alianças com a Igreja e outros órgãos da sociedade civil e da pressão da opinião pública, contra a demissão massiva dos trabalhadores, levaram o Estado e os empresários a aceitarem formas de acordos que preservaram empregos.

Seguindo na análise, o autor afirma que esta mudança de perspectiva é importante, pois mostra que o Estado deixa de ser visto como “cão de guarda da burguesia”, transformando-se em um espaço a ser disputado palmo a palmo. Isto significa, segundo ele, que a acusação de colaboração ou de peleguismo, pela participação em um pacto social, ou mesmo em um fórum onde não há maioria de trabalhadores, começa a perder seu efeito. Assim, a ocupação de espaços institucionais (como, por exemplo, nos diversos conselhos de controle sobre os fundos e políticas públicas hoje existentes) torna-se uma tática importante no modelo de ação sindical, tanto para o controle de fundos públicos, quanto para a participação na elaboração de políticas públicas³³.

É, da mesma forma, nesta linha, que o debate sobre organização por local de trabalho procura superar o simples sentido de mobilização da classe trabalhadora e é situado, no referido Congresso da CUT, em um contexto político mais amplo:

“O conceito de local de trabalho, geralmente restrito ao chão de fábrica, deve ser ampliado, espelhando sua articulação com a comunidade. No caso dos pequenos produtores, por exemplo, o local de trabalho se confunde com o de moradia, enquanto que os espaços públicos (escolas, áreas de lazer, etc.) permitem uma existência simultânea de diversas organizações populares, não necessariamente sindicais (grêmios estudantis, associações de pais e mestres, etc.). As ações articuladas com a sociedade contribuem para a diminuição do corporativismo e o fortalecimento da cidadania. Esta talvez seja a ponte que ligará a Central aos trabalhadores não assalariados (por conta própria, donas de casa, etc.), que ocupam o mercado informal de trabalho e são excluídos da participação e acesso aos bens que garantam melhor qualidade de vida, saúde, educação, moradia, entre outros. Aqui aparece a primeira vinculação das Organizações por Locais de Trabalho com a saúde, entendida como direito à vida, dentro de uma visão de integração do processo produtivo-comunidade” (CUT, 1994: 62).

As resoluções do VIII Congresso Nacional da CUT, ocorrido de 3 a 7 de junho de 2003, trazem como lema “disputar a hegemonia política visando a construção de uma nova sociedade”, e entre as estratégias defendidas pelos delegados presentes, encontram-se registradas, nas resoluções, as relações com outros setores da sociedade:

³³ Questões como saúde, educação, previdência, seguridade social, meio ambiente, formação profissional, etc., deixam de ser simples bandeiras reivindicativas. “A CUT se coloca o desafio de começar a formular projetos de políticas públicas para estas diversas áreas, para apresentar ao próprio Estado. (...) O trabalho conjunto de alguns sindicatos e prefeituras, conquistadas por forças políticas à esquerda, notadamente em Santo André, Porto Alegre e Belo Horizonte, evidenciava essa tendência” (Ferraz, 2003: 10).

“A CUT assume um lugar nas disputas na sociedade e ao fazer isso demarca campos políticos e prioriza a construção de alianças com os setores democráticos e populares, com movimentos, entidades e partidos de esquerda. A construção de alianças é um dos elementos estratégicos da Central para a transformação social. Nos últimos anos, a CUT tem desenvolvido ações junto a importantes setores organizados da sociedade civil, demarcando um campo político e priorizando a construção de alianças com os setores democráticos e populares (...). Gerados a partir de eixos políticos comuns que possibilitaram uma ampla e democrática unidade entre os movimentos populares e os partidos do campo popular, os exemplos da história de luta do povo brasileiro são muitos (...). A CUT e um conjunto de diversas entidades populares construíram, em meados dos anos 1990, uma ampla unidade política e organizativa através do Fórum Nacional de Lutas (FNL), espaço fundamental para organizar e mobilizar as organizações populares na luta contra o retrocesso econômico e social causado pelo projeto neoliberal. (...) Com a vitória de Lula abre-se no Brasil uma grande possibilidade para avanços nos direitos sociais, econômicos e democráticos. Para conquistar esses direitos e mudar o rumo da economia nacional, o movimento popular deverá assumir uma grande responsabilidade histórica, que consiste na capacidade de lutar e mobilizar os trabalhadores e o povo em geral para realizar as mudanças necessárias. (...) Para responder a esse desafio, a CUT deve liderar a constituição de um Fórum de Mobilização Social, de caráter deliberativo e mobilizador, cuja plataforma de articulação política será construída a partir de demandas sociais acumuladas pelos movimentos populares (...) e priorize a construção de um programa de desenvolvimento nacional que deve valorizar o trabalho, os trabalhadores e promover o acesso às políticas públicas e o avanço dos direitos sociais” (CUT 2003: 43, 44 e 45).

Apesar da polêmica que envolve esse tema e as críticas que a CUT e o governo Lula vêm recebendo, inclusive de setores de esquerda, o que se pretende ressaltar é que as propostas para os rumos da ação sindical cutista já apontavam, desde meados da década de 1990, para a necessidade de negociação e de articulação política com outros movimentos populares, face às dificuldades de confronto impostas pelo “receituário” neoliberal³⁴. Sem ignorar as divergências e as diversas tendências que existem no interior da CUT, não se pode desconsiderar que as diretrizes adotadas por esta Central se fazem presentes em muitos sindicatos de sua base, e que a propensão à negociação ainda é uma linha marcante do sindicalismo cutista, nos dias atuais, como é o caso do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, e que este já vem “ensaiando passos”, desde o final da década de 1990, no sentido de buscar alianças que ultrapassem o limite do local do trabalho, e estratégias de ação que possam criar canais de comunicação com setores da

³⁴ Estou ciente das críticas e acusações, como a de peleguismo, que esse tipo de ação provocaram e ainda provocam no debate sobre o sindicalismo brasileiro. Contudo, não se pode perder de vista que, diante de um quadro tão desfavorável ao movimento sindical, a participação em pactos sociais ou em fóruns onde não há maioria de trabalhadores, mas que possam beneficiar a classe trabalhadora, não pode ser desprezada.

sociedade civil e movimentos sociais. Este aspecto será desenvolvido posteriormente.

A negociação é, aqui, entendida como política ou, de acordo com Rancière (1996b), como a maneira dos que não têm direitos cobrarem a sua parte e, no caso dos sindicatos, essa cobrança é feita, algumas vezes, publicamente, ou melhor, trazendo a público relações que eram interpretadas sob a ótica do direito privado. A greve, na sua forma clássica, é um exemplo citado por Rancière:

“Uma greve operária, na sua forma clássica, pode juntar duas coisas que não têm ‘nada a ver’ uma com a outra: a igualdade proclamada pelas Declarações dos Direitos do Homem e um obscuro tópico de horas de trabalho ou de regulamento da oficina. O ato político da greve é, então, construir a relação entre essas coisas que não têm relação, é fazer ver junto, como objeto do litígio, a relação e a não-relação” (op. cit.: 52).

Concebida dessa forma, a política é feita de “relações de mundo”, e não simplesmente de relações de poder. Disso decorre uma questão de fundo que se refere à possibilidade do movimento sindical ser capaz de reinventar a política ou, como a define Rancière, o campo do conflito. Estará o sindicato refém do neoliberalismo, ou segue tentando reinventar a política? Tenta trazer o conflito para a dimensão pública, o que implica na tentativa de reversão da lógica privatista que vem sendo imposta aos trabalhadores?

Não obstante o fato do PT, antes de ser governo federal, ter se constituído num dos interlocutores mais próximos do sindicalismo cutista, essa condição está em definição no momento atual. Acredito, assim, que há sinais que respondem, positivamente, as questões anteriormente formuladas, o que parece indicar que o processo democrático, no Brasil, está passando por grandes transformações e que o espaço público vem ganhando um maior peso. Ocorre que, simultaneamente a isto, há, da mesma forma, um processo de espetacularização da política no país. Refiro-me à tendência de transformação da política em um grande *show*, onde a agenda política passa, prioritariamente, pelas mídias e pelo espaço que estas concedem a determinados temas e perspectivas³⁵.

³⁵ Ribeiro faz uma análise muito interessante sobre a política como espetáculo, referindo-se à teatralização da política – quando os cidadãos ficam reduzidos a espectadores das decisões políticas. “Quanto mais o governante fizer cena para a sua popularidade, esquecendo o público pelo publicitário, menor será o caráter público das políticas adotadas, menor seu compromisso com o bem comum” (1994: 34).

Portanto, ao considerar a importância do espaço público para se compreender a dinâmica do movimento sindical de trabalhadores, no Brasil atual, estou buscando enfatizar o fato de tal movimento ser um tipo de ação coletiva e que, como tal, não pode ser pensado apenas no espaço do mundo do trabalho ou mesmo no espaço institucional das relações profissionais. Sendo os sindicatos fenômenos sociais, uma vez que o trabalho assalariado é a mola propulsora da organização da sociedade, faz-se necessário entendê-los em toda sua complexidade, o que significa abordá-los nos contextos sociais ampliados em que eles se manifestam. Daí a necessidade em se pensar os sindicatos inseridos na sociedade civil, com potencial de provocar o debate nas esferas públicas, com suas demandas, além da possibilidade de contribuir para decisões sociais e políticas de interesse para a classe trabalhadora.

Nesta ordem de idéias, é importante não se perder de vista as novas características do trabalho, bem como o modo de ser da classe trabalhadora, na atualidade. Outros elementos de importância para a compreensão dessas questões, que serão abordados mais adiante, são as mudanças na legislação sindical e trabalhista, que foram objeto de discussão no Fórum Nacional do Trabalho, instalado pelo governo Lula. Ademais, a relação do movimento sindical com o Estado é um outro elemento subjacente a esta abordagem, sobretudo na conjuntura atual, onde se destaca a intensa presença de sindicalistas em cargos estratégicos do governo federal.

Dessa forma, a compreensão do tema passa, necessariamente, não somente pela avaliação da necessidade histórica de fortalecimento do aparato sindical, mas, sobretudo, de sua razão de ser. Nesta perspectiva, a questão social³⁶ refere-se não só ao resultado da contradição na relação entre capital e trabalho, mas, além disso, à resistência ao próprio processo de exploração vivenciado pela “classe-que-vive-do-trabalho” (Antunes, 1995).

Diante de tudo o que foi exposto, e para os objetivos deste trabalho, o entendimento da situação dos ferroviários passa, necessariamente, pela análise do processo de sucateamento e privatização dos serviços ferroviários. O próximo capítulo inicia essa abordagem, estudando o modelo de privatização adotado no Brasil.

³⁶ Referenciando Yamamoto, a questão social revela “o conjunto das expressões das contradições da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (1998: 27).

